

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG6A1

A consolidação de um Estado comprometido com a boa governança, a eficiência e a integridade exige o reconhecimento de que a incorporação de tecnologias digitais avançadas, entre elas, a inteligência artificial (IA), deixou de representar mera inovação administrativa para se firmar como exigência estrutural da administração pública contemporânea.

Assim como os direitos fundamentais sociais dependem de políticas públicas adequadamente formuladas, os instrumentos de fiscalização demandam novas capacidades analíticas capazes de lidar com a complexidade crescente da gestão estatal. A IA, nesse sentido, emerge como ferramenta auxiliar indispensável para ampliar a capacidade do Estado de identificar riscos, interpretar dados massivos e orientar decisões estratégicas.

No âmbito do controle externo, os tribunais de contas assumem protagonismo natural nesse processo de transformação. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), guardião da legalidade e da racionalidade das políticas públicas, encontra-se diante do desafio de produzir uma atuação que seja, simultaneamente, tecnicamente sofisticada e constitucionalmente orientada. Isso implica compreender que a adoção de IA não se limita à implementação de ferramentas, mas exige a formação de servidores capazes de interagir criticamente com esses sistemas, avaliando seus limites, seus vieses e seus impactos. Trata-se, em última análise, de reconhecer que o exercício contemporâneo da fiscalização depende de agentes públicos dotados de letramento digital específico, condição indispensável para assegurar uma atuação estatal responsável e alinhada aos valores constitucionais.

Leonardo Medeiros Junior. **O TCE do futuro**: IA que ajuda, humanos que decidem.
In: *Revista do TCE*, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte,
v. 27, n.º 1, dez./2025, p. 26 (com adaptações).

Em relação aos sentidos e a aspectos linguísticos e discursivos do texto CG6A1, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho "A consolidação de um Estado comprometido com a boa governança, a eficiência e a integridade exige (...) mera inovação administrativa" (primeiro parágrafo), o segmento "a boa governança, a eficiência e a integridade" forma uma enumeração na qual a repetição do vocábulo "a" reforça o paralelismo sintático e contribui para a coesão textual.
- 2 O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, uma vez que o seu autor sustenta argumentos em defesa da importância da inteligência artificial para a administração pública e da formação crítica dos agentes públicos.
- 3 No trecho "A IA, nesse sentido, emerge como ferramenta auxiliar" (segundo parágrafo), a expressão "nesse sentido" exerce função expletiva, logo sua supressão não prejudicaria a coesão textual nem a progressão argumentativa do texto.
- 4 De acordo com o texto, a inteligência artificial configura-se como elemento indispensável à administração pública contemporânea, ampliando a capacidade analítica e decisória do Estado.

- 5 No texto, há predominância do emprego de verbos no presente do indicativo, o que reforça a atualidade e a firmeza das argumentações.
- 6 No trecho "O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), guardião da legalidade e da racionalidade das políticas públicas, encontra-se diante do desafio" (terceiro parágrafo), o segmento isolado entre vírgulas é formado majoritariamente por adjetivos e exerce a função de vocativo, pois constitui uma interpelação.
- 7 No trecho "a incorporação de tecnologias digitais avançadas, entre elas, a inteligência artificial (IA), deixou de representar mera inovação administrativa" (primeiro parágrafo), o sujeito da oração constituída pela forma verbal "deixou" é "a inteligência artificial (IA)".

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CG6A1, julgue os itens que se seguem.

- 8 A coerência das ideias do texto seria preservada caso o vocábulo "indispensável", no trecho "ferramenta auxiliar indispensável para ampliar a capacidade do Estado" (segundo parágrafo), fosse substituído por **impreterível**.
- 9 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados se o trecho "No âmbito do controle externo, os tribunais de contas assumem protagonismo natural nesse processo de transformação" (terceiro parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **Os tribunais de contas no âmbito do controle externo assumem protagonismo nesse processo de transformação natural**.
- 10 No trecho "A IA, nesse sentido, emerge como ferramenta auxiliar indispensável para ampliar a capacidade do Estado de identificar riscos, interpretar dados massivos e orientar decisões estratégicas" (segundo parágrafo), a inserção de uma vírgula imediatamente após "indispensável" alteraria as relações sintáticas estabelecidas originalmente no texto.
- 11 No trecho "Isso implica compreender que a adoção de IA não se limita à implementação de ferramentas, mas exige a formação de servidores capazes" (terceiro parágrafo), a forma verbal "exige" estabelece concordância com o termo "adoção".
- 12 No trecho "Trata-se, em última análise, de reconhecer que o exercício contemporâneo da fiscalização depende de agentes públicos dotados de letramento digital específico" (terceiro parágrafo), é obrigatória a ênclise do pronome átono em "Trata-se".
- 13 No trecho "a adoção de IA não se limita à implementação de ferramentas" (terceiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo "à", em "implementação", é facultativo.
- 14 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados se o trecho "a formação de servidores capazes de interagir criticamente com esses sistemas, avaliando seus limites, seus vieses e seus impactos" (terceiro parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **a formação de servidores aptos a saberem lidar com esses sistemas, considerando seus limites, inclinações e impactos**.

- 15 Pelas relações de sentido estabelecidas entre o primeiro e o segundo parágrafos, infere-se que o conectivo "Assim", no início do segundo parágrafo, denota conclusão.

As prominent artificial intelligence (AI) researchers eye limits to the current phase of the technology, a different approach is gaining attention: using living human brain cells as computational hardware. These "biocomputers" are still in their early days. They can play simple games such as Pong, and perform basic speech recognition.

But the excitement is fueled by three converging trends. First, venture capital is flowing into anything adjacent to AI, making speculative ideas suddenly fundable. Second, techniques for growing brain tissue outside the body have matured, with the pharmaceutical industry jumping on board. Third, rapid advances in brain-computer interfaces have seen growing acceptance of technologies that blur the line between biology and machines.

Nevertheless, plenty of questions remain. Are we witnessing genuine breakthroughs, or another round of tech-driven hype? And what ethical questions arise when human brain tissue becomes a computational component? For almost 50 years, neuroscientists have grown neurons on arrays of tiny electrodes to study how they fire under controlled conditions.

By the early 2000s, researchers attempted rudimentary two-way communication between neurons and electrodes, planting the first seeds of a bio-hybrid computer. But progress stalled until another strand of research took off: brain organoids.

In 2013, scientists demonstrated that stem cells could self-organise into three-dimensional brain-like structures. These organoids spread rapidly through biomedical research, increasingly aided by "organ-on-a-chip" devices designed to mimic aspects of human physiology outside the body.

Today, using stem-cell-derived neural tissue is commonplace — from drug testing to developmental research. Yet the neural activity in these models remains primitive, far from the organised firing patterns that underpin cognition or consciousness in a real brain. While complex network behaviour is beginning to emerge even without much external stimulation, experts generally agree that current organoids are not conscious, nor close to it.

Internet: <<https://www.sciencealert.com>> (adapted).

About the previous text, judge the following items.

- 16 According to the text, the growing interest in biocomputing is mainly the result of a single recent scientific discovery.
- 17 In the fragment "growing acceptance of technologies that blur the line between biology and machines" (second paragraph), the expression "blur the line" is used figuratively to indicate increasing integration between technological and biological systems.
- 18 In the sentence "While complex network behavior is beginning to emerge even without much external stimulation, experts generally agree that current organoids are not conscious, nor close to it" (last paragraph), the connector "While" expresses contrast, and could be correctly replaced with **Although**.
- 19 The text states that current biocomputing systems are still limited in their capabilities and can perform only simple tasks.

No que concerne ao conceito, aos tipos e às formas de controle, julgue os itens a seguir.

- 20 O controle de mérito, fundamentado no princípio da autotutela, permite que a administração pública revogue atos legítimos por razões de conveniência e oportunidade, sendo tal prerrogativa extensível ao Poder Judiciário no exercício de sua função jurisdicional.
- 21 A sustação cautelar de procedimento licitatório pelo tribunal de contas, antes da prolação da decisão de mérito, é exemplo de controle prévio e legítimo, fundamentado no poder geral de cautela inerente às funções constitucionais dos tribunais de contas.

No que diz respeito ao controle da atividade financeira do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 22 No âmbito da fiscalização da atividade financeira do Estado, compete ao Tribunal de Contas da União realizar a fiscalização contábil, financeira e orçamentária das renúncias de receitas concedidas pela União.
- 23 Os tribunais de contas têm competência para aplicar multas a prefeitos que atuem como ordenadores de despesas, independentemente do julgamento das contas anuais pelo Poder Legislativo.

De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 464/2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE/RN, julgue o seguinte item.

- 24 Compete ao TCE/RN suspender a execução de ato ou procedimento diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, sendo vedada, contudo, a concessão da medida cautelar sem a prévia oitiva do gestor público responsável pelo ato ou procedimento.

Julgue os próximos itens, relativos a Microsoft Office, segurança da informação, ferramentas de comunicação e colaboração, inteligência artificial (IA) generativa e proteção de dados pessoais.

- 25 De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tanto o controlador — a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais —, quanto o operador — que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador — podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 26 Se, no Microsoft Office 365, um usuário clicar a funcionalidade Inserir Sumário do Word, serão automaticamente identificadas as principais ideias, argumentos e conclusões, gerando-se resumos em tópicos do texto presente no documento.
- 27 No contexto de uso da IA no serviço público, para a proteção de informações sensíveis e confidenciais, são indicadas apenas soluções de IA generativa aprovadas pelo órgão, uma vez que o servidor público mantém a responsabilidade integral pelo conteúdo produzido, sendo obrigatória a revisão, independentemente da ferramenta utilizada.
- 28 A principal função do *firewall* é permitir a realização de conexão entre dois pontos, como, por exemplo, entre um funcionário que trabalha remotamente e a infraestrutura de rede da empresa que o emprega, de forma a proporcionar acesso a recursos compartilhados, como servidores de arquivos.
- 29 De acordo com a Política Nacional de Educação Digital, a consolidação de uma cultura digital envolve a aprendizagem destinada à participação consciente e democrática dos cidadãos na sociedade por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Ao explicar para seu filho o critério de divisibilidade por 11, um pai escolheu um número com muitos algarismos; pediu ao filho que, primeiro, somasse os algarismos de posição ímpar; que, em seguida, somasse os algarismos de posição par; e, por fim, que calculasse a diferença entre as somas. Então afirmou: o número original será divisível por 11 se, e somente se, a referida diferença for divisível por 11. Depois, pediu ao filho que escolhesse aleatoriamente um número com muitos algarismos para aplicar o critério.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 30 O filho pode inferir corretamente que o procedimento ensinado pelo pai se aplica para testar a divisibilidade por qualquer número de dois algarismos.
- 31 O critério de decisão ensinado pelo pai poderá resultar em decisões distintas conforme a ordem em que o filho escolher o minuendo e o subtraendo para o cálculo da diferença.
- 32 Ao seguir acuradamente os passos ensinados pelo pai, o filho deve concluir que o número 234.567.891 não é divisível por 11.
- 33 Se o número escolhido pelo filho possui 22 algarismos, então a probabilidade de tal número ser múltiplo de 11 é inferior a 10%.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais e das competências e atribuições dos Poderes, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do entendimento dos tribunais superiores.

- 34 A reserva constitucional da iniciativa para deflagrar o processo legislativo não poderá ser considerada atendida caso parlamentar proponha projeto de lei acerca de matéria de competência privativa do chefe do Poder Executivo, ainda que, simultaneamente, este envie ao Congresso Nacional projeto de lei substancialmente idêntico.
- 35 A CF, ao prever a liberdade de manifestação do pensamento como garantia fundamental, veda o anonimato.
- 36 O direito à saúde é absoluto, não sendo possível a recusa a tratamento de saúde por motivos religiosos, quando presente risco iminente de morte do paciente.
- 37 O veto presidencial a projeto de lei prescinde da exposição das razões que o fundamentaram.

Conforme a disciplina jurídica relativa aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

- 38 O poder hierárquico da administração pública se manifesta por meio das sanções que agentes superiores aplicam, quando constatarem ilegalidades ou desvios funcionais, aos seus subordinados.
- 39 A possibilidade admitida pelo texto constitucional quanto à cumulação de dois cargos públicos para profissionais da saúde restringe-se às atividades privativas de médico.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 40 De acordo com o entendimento do STF, o Estado responde objetivamente pelos danos ocasionados a vítima de disparo de arma de fogo no contexto de operação policial, ainda que a perícia quanto à origem do projétil seja inconclusiva.
- 41 Segundo a teoria do risco integral, adotada pela Constituição Federal de 1988 para embasar a responsabilidade civil do Estado, no caso de erro médico imputado a conduta negligente de servidor público do SUS, que se omite em seu dever de prestar atendimento, deve o Estado responder objetivamente perante a vítima.
- 42 A aferição da responsabilidade civil do Estado admite o sistema de compensação de culpas, de modo que, se tiver havido participação da pessoa lesada no evento que lhe ocasionou danos, o dever do Estado em reparar os prejuízos deve ser atenuado.

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 43 Na classificação orçamentária funcional e programática, a função corresponde ao nível mais elevado de agrupamento das diferentes áreas de despesas do setor público, enquanto os programas representam mecanismos de organização da atuação governamental orientados para a resolução de demandas da sociedade.
- 44 A compatibilização entre o plano plurianual (PPA) e a lei orçamentária anual (LOA) é mediada pela lei de diretrizes orçamentárias, de modo que a ausência de previsão de determinado programa no PPA impede sua inclusão na LOA, ainda que autorizada por crédito especial no mesmo exercício.

A respeito das receitas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 45 As receitas orçamentárias constituem ingressos de recursos financeiros que, ao ocorrerem durante o exercício, integram o patrimônio público e viabilizam a execução das políticas públicas, sendo, em regra, previstas na lei orçamentária anual; contudo, a ausência de previsão formal não descaracteriza a natureza orçamentária das receitas, desde que efetivamente arrecadadas.
- 46 A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base o título e o objeto do que se deve pagar, sendo possível sua realização parcial.

Julgue os itens seguintes, acerca de aspectos relacionados à história do Rio Grande do Norte nos séculos XIX e XX.

- 47 A política intervencionista governamental no semiárido nordestino durante a seca de 1932 era parte de um movimento mais amplo de modernização, redução das disparidades entre o litoral e o sertão e inserção da região no projeto nacional.
- 48 No século XIX, o semiárido nordestino, incluídos os sertões do Rio Grande do Norte, sofreu com uma grande seca que durou mais de três anos.

No que se refere à população e às atividades econômicas da região do Alto Oeste Potiguar, julgue os itens a seguir.

- 49 O Alto Oeste Potiguar é uma região homogênea, predominantemente rural, cuja população vive historicamente fixada à terra, em virtude das poucas oportunidades de educação e de trabalho.
- 50 A ocupação da região que corresponde ao Alto Oeste Potiguar se deu pela expansão da pecuária e, posteriormente, pela atividade algodoeira, cujo declínio, no final dos anos 70 do século XX, acarretou diversos problemas socioeconômicos.